

PROJETOS EDUCACIONAIS DO AGRONEGÓCIO: CAMPO E CIDADE EM QUESTÃO

Victor Hugo Junqueira¹
Profª Drª. Maria Cristina dos Santos Bezerra²

Resumo

O agronegócio é o novo nome da agricultura capitalista na sua fase mais desenvolvida e perversa. A articulação da agricultura, com a indústria, o comércio e o capital financeiro internacional intensificou o controle das terras, da produção e dos recursos estatais, ao passo que exclui e inclui trabalhadores ao regime de exploração do trabalho, dificultou as políticas estatais de reforma agrária e submeteu os pequenos agricultores ao controle do mercado. Contudo, para legitimar socialmente uma nova imagem da agricultura com fins a conquista de mercados e acesso a políticas públicas de financiamento e infraestrutura, o agronegócio assume um caráter ideológico que procura mascarar os processos nefastos de territorialização do capital no campo brasileiro, utilizando-se de diferentes aparelhos e instrumentos ideológicos, entre eles a educação. Diante disso, o objetivo deste artigo é entender as políticas educacionais desenvolvidas pelo agronegócio e os processos e possibilidades contrários a este modelo no campo educacional. Para isso, analisamos os projetos educacionais desenvolvidos pelas entidades representativas do agronegócio, como a Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto (ABAG-RP), a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e a empresa transnacional Syngenta para compreender como o capitalismo agrário tem pensado e atuado na educação pública. Ao final, dialogamos com as concepções de Educação do Campo defendido pelos movimentos sociais, na perspectiva de apontar que o enfrentamento ao projeto de educação do agronegócio deve partir da contradição capital-trabalho, e não da falsa dicotomia campo-cidade.

Palavras-chave: Agronegócio, Relação Cidade-Campo, Educação do Campo.

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) campus de Presidente Prudente. Mestrando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Membro do GEPEC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo) da UFSCar. E-mail: victorhugo_geo@yahoo.com.br

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos. Pesquisadora do GEPEC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo) da UFSCar. E-mail: cbezerra@ufscar.br

Introdução

A Questão Agrária é um problema estrutural do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo e está diretamente relacionado à propriedade da terra; aos processos de expropriação, resistência e recriação dos camponeses; as políticas públicas para o campo; aos modelos de desenvolvimento agropecuário vinculados aos fatores tecnológicos, ambientais, de mercado e as relações campo-cidade.

Ao longo da história estes problemas podem assumir diferentes facetas e interpretações, mas a superação não pode ser realizada nos limites do capitalismo. Na atualidade a questão agrária brasileira adquire novos contornos políticos e ideológicos, resultado das transformações no âmbito da (re)produção ampliada do capital e da conjunção de ciência, técnica e informação nos processos produtivos agroindustriais que aumentaram a capacidade de produção da agricultura (SANTOS, 2008; ELIAS, 2003).

Este momento da agricultura capitalista em sua etapa mais desenvolvida e perversa, responde pelo nome de agronegócio, que combinando traços da acumulação primitiva de capital (MARX, 1998) a uma territorialização mundial do comércio amplia a concentração de terras e poder, dificulta as políticas estatais de reforma agrária, submete por meio do mercado os pequenos agricultores e exclui e inclui trabalhadores ao regime de exploração do trabalho.

Contudo, para transparecer como um novo modelo da agricultura e legitimar-se socialmente como sinônimo de sucesso e geração de riquezas, expressão da modernidade (contrapondo a ideia de atraso do latifúndio) e presença na vida das pessoas e se proclamar como o único modelo possível de produção no campo (BRUNO, 2009) o agronegócio procura desconstruir a imagem negativa do caráter latifundista da agricultura brasileira presentes no imaginário social (FERNANDES, 2008)

A legitimação deste ideário extrapola a dimensão territorial do rural e, inexoravelmente, perpassa por todos os aparelhos e instrumentos ideológicos, dentre eles a educação escolar, por meio de projetos educativos ou práticas pedagógicas que objetivam estabelecer consensos em uma sociedade desigual e conflitiva, como diria Mészáros (2008).

Com efeito, o objetivo deste artigo é entender as políticas educacionais desenvolvidas pelo agronegócio e os processos e possibilidades contrários a este modelo

no campo educacional. O artigo está organizado em duas partes, na primeira examinamos como o capitalismo agrário, ao estreitar a relação cidade e campo do ponto de vista da produção e das relações de trabalho tem pensado e atuado na educação pública, para isso, analisamos alguns projetos educacionais desenvolvidos pelas entidades representativas do agronegócio, como a Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto (ABAG-RP), a União da Indústria de cana-de-açúcar (UNICA), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e a empresa transnacional Syngenta. Na segunda parte, pretendemos dialogar com as concepções de Educação do Campo defendido pelos movimentos sociais.

Agronegócio: a nova expressão do domínio capitalista no campo

A origem do termo agronegócio está nos estudos de John Davis e Ray Goldberg, professores da Universidade de Harvard (EUA) realizados em 1957 nos Estados Unidos e publicados no livro *Concept of Agribusiness*. Nesta obra definem o agribusiness como “a soma total das operações associadas à produção e distribuição de insumos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas, e dos itens derivados”. (SOUZA, 2011, p. 55)

No Brasil, esta concepção de agribusiness é utilizada desde a década de 1980, na formulação conceitual do Complexo Agroindustrial – CAI, entretanto, é na década de 1990, que o termo agronegócio passa a ser difundido na academia, na mídia e na política, conceitualmente, definido como conjunto integrado de atividades produtivas e econômicas, que vão da concepção da produção a comercialização, tendo como eixo articulador a agropecuária.

Ainda que seus ideólogos queiram suprimir a história, sua origem está no processo de modernização conservadora, iniciado na fase de expansão mundial do capital pós-segunda Guerra Mundial, que articulado à ação do Estado, como agente regulador e financiador do desenvolvimento capitalista no campo, fomentou a integração técnica da indústria com a agricultura, permitindo aos capitalistas o controle do território e da produção, inclusive dos pequenos agricultores, para atender a uma população urbana crescente.

Este processo, que combinou a territorialização do capital monopolista na agricultura e monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 2004), concentrador

de terras e poder, resultou na expropriação em massa de camponeses, proletarizando-os nas cidades, para servir a uma indústria nascente e desejosa de um exército industrial de reserva, ou para retornar ao campo como bóias-frias. Assim, a agricultura como atividade isolada, passou estar cada vez mais integrada a cidade, seja na produção e comercialização de mercadorias ou nas relações de trabalho.

O que há de “novo” neste estágio desenvolvimento agrícola, denominado, agronegócio é, portanto, a consolidação da articulação da agricultura, com a indústria, o comércio e o capital financeiro internacional, a integração da produção campo-cidade, que favorecida pelo incremento técnico, científico e informacional (SANTOS, 1996) intensificaram as bases da dominação capitalista no campo, cada vez mais apropriado/mercantilizado pela classe dominante, submetendo a produção agrícola a uma demanda cada vez mais internacionalizada, reservando a agricultura brasileira um antigo papel que ocupava na divisão internacional do trabalho e na sustentação do capitalismo mundial, agora como uma plataforma mundial de exportação de *commodities*.

As grandes empresas transnacionais ampliaram consideravelmente o controle dos processos de produção, armazenamento e processamento de produtos agrícolas. De um lado, pela estrangeirização das terras brasileiras, como demonstram as pesquisas de Clements; Fernandes (2013); Sauer e Leite (2012) há um gradativo crescimento de compras de terras no Brasil por estrangeiros, paralelo a um aumento do número de fusões e aquisições entre empresas nacionais e estrangeiras que passam a controlar a produção de *commodities* internacionais, sobretudo, dos agrocombustíveis.

Por outro, pelo domínio dos processos produtivos. Segundo Sauer e Leite (2012) a “participação do capital internacional no total do capital aplicado no setor agroindustrial de esmagamento do grão, que era de 16% em 1995, sobe violentamente para 57% em 2005”. Já no controle de agrotóxicos, o processo é ainda mais grave, o estudo de Bombardi (2011) mostrou que 92% do faturamento líquido (15 bilhões de reais) obtido em 2010 pelas indústrias produtoras de agrotóxicos foram controlados por empresas de capital estrangeiro: Syngenta (Suíça), Dupont (Estados Unidos), Dow Chemical (Estados Unidos), Bayer (Alemanha), Novartis (Suíça), Basf (Alemanha) e Milenia (Holanda/Israel).

Assim, há na atualidade um processo crescente de internacionalização da agricultura brasileira, que por um lado se expande territorialmente por meio da

aquisição de terras; e por outro, amplia seu domínio sobre todos os estágios da produção seja por meio de investimentos diretos em empresas do setor, ou pela sujeição do pequeno produtor, por meio do controle vertical da produção, da semente a comercialização, passando pelos empréstimos, agrotóxicos e colheita. Estas são algumas das faces da barbárie imperante nas relações de produção capitalista no campo brasileiro (OLIVEIRA, 2003).

Contudo, para legitimar socialmente uma nova imagem da agricultura com fins a conquista de mercados e acesso a políticas públicas de financiamento e infra-estrutura, o agronegócio extrapola a dimensão das relações econômicas e sociais, e assume um caráter ideológico que procura mascarar os processos perversos de territorialização do capital no campo brasileiro (FERNANDES, 2008; OLIVEIRA, 2003; SOUZA, 2011; THOMAZ JR, 2007)

A ideologia, como explica Mészáros (2004, p. 65), não é ilusão nem tampouco superstição religiosa, é mais que isso. É uma forma específica de consciência social, que é ancorada e sustentada materialmente, não podendo, portanto, ser superada nas sociedades de classe. Segundo ele, a ideologia persiste por que é objetivamente constituída e constantemente reconstituída “como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos”.

O espaço escolar tem um caráter estratégico na produção e reprodução de conhecimentos, difusão de ideias e valores, criação de consensos para atender as necessidades de quem o controla. Mészáros (2008, p.45) afirma que “uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou ‘consenso’ quanto for capaz, a partir de dentro e por meio de seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados”.

Desse modo, para o Agronegócio a educação se apresenta como um campo importante para difundir os seus interesses, transformando-os em ganhos políticos e econômicos. Não é fortuito, portanto que há inúmeros projetos educativos vinculados ao agronegócio difundidos para a educação básica.

Os programas educacionais do Agronegócio

Os programas educacionais do agronegócio têm invadido a educação pública nos últimos anos. Uma pesquisa nos sites das principais empresas e associações que representam o setor revela a existência de inúmeros projetos educativos em andamento nas escolas públicas rurais e urbanas do Brasil, seja sob a concepção e controle destas entidades ou em parcerias com Organizações não-governamentais (ONGs) e Institutos Educacionais privados.

A ocupação do espaço escolar pelas entidades e empresas do agronegócio, realiza-se sob a conveniência do Estado neoliberal, que ao privatizar e mercantilizar a educação permite não apenas as empresas e fundações privadas acesso aos recursos públicos e ao oferecimento de serviços educacionais, mas também, privatiza o currículo e as práticas escolares das escolas públicas, tornando este um local privilegiado para a conformação das posições de classe, adestramento para o trabalho e universalização dos interesses da classe dominante.

A Revista Defesa Vegetal publicada pela Associação Nacional de Defesa Vegetal ligada aos interesses do agronegócio, sobretudo, das empresas de agrotóxicos, produziu em 2010 uma edição especial sobre educação, cujo título “Educação: as lições que vem do campo” nos permitem entender, em parte, como o agronegócio entende o papel da educação na universalização dos seus interesses.

Para Moreira (2010, p.4) que assina o editorial da Revista, com sugestivo título “A educação que transforma o mundo” a população bem informada, no campo e na cidade, ajuda a promover a produção agropecuária com preservação ambiental.

Contudo, o artigo mais enfático que expõe a instrumentalização da educação para o setor é de autoria de José Otávio Machado Menten, professor da Esalq- USP de Piracicaba, que afirma “gastamos muito tempo para responder a críticas improcedentes. Se a população estiver mais bem informada, suas cobranças serão bem fundamentadas e certamente contribuirão para a evolução contínua do agronegócio”. (MENTEN, 2010, p. 16)

Ao defender um projeto de defesa vegetal (tradução para agrotóxico) para ser aplicado nas escolas públicas, explica o autor que “o objetivo principal é aproveitar a estrutura educacional para trabalhar a conscientização da sociedade sobre a importância

dos defensivos agrícolas na produção de alimentos e os benefícios para a população como um todo” (MENTEN, 2010, p. 17).

O foco do trabalho, esclarece Menten (2010), estaria nos professores e nos responsáveis pelo conteúdo dos livros destinados ao ensino público, visto que os professores têm uma visão distorcida sobre o agronegócio por falta de informação e “os livros utilizados nas escolas públicas devem ser veículo de propagação de orientações sobre o agronegócio aos estudantes” (MENTEN, 2010, p. 17), obviamente, afirma ele “precisamos deixar muito claro que não existe pressão de qualquer grupo econômico, nem defesa a interesse de alguma classe específica. O objetivo é puramente educacional” (MENTEN, 2010, p. 18).

É sob esta orientação ideológica que os diferentes programas educacionais vinculados ao agronegócio atuam. Para explicitá-los, apresentaremos alguns dos mais significativos para a educação básica, entre eles, o Programa Agronegócio na Escola da Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto (ABAG-RP); o Projeto AGORA da União da Indústria de cana-de-açúcar (UNICA); Projeto Escola Viva da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); o projeto Comunidade Educativa da Bunge; e o Projeto Escola no Campo, da Syngenta.

Agronegócio na Escola

A região de Ribeirão Preto-SP constitui uma das principais bases do agronegócio nacional sediando, inclusive, a maior feira do ramo, a Agrishow. Sedia também a principal associação do agronegócio na região - ABAG/RP, que se empenha em criar e difundir, no imaginário social, a grandeza do agronegócio e os seus benefícios para a população.

A ABAG/RP³ foi fundada em 2001, abrangendo uma área de 86 municípios nas regiões administrativas de Araraquara, Barretos, Ribeirão Preto, São Carlos e Franca. Desde sua criação o imperativo do convencimento social sobre a importância do agronegócio colocou-se como um objetivo estratégico, a partir do qual poderia obter cada vez mais, apoio governamental no atendimento as suas reivindicações. Este foi o tom dos discursos⁴ de criação da entidade em Ribeirão Preto. A fala do então presidente

³ Informações disponíveis em: < <http://www.abagrp.org.br/conheca.php> > Acesso em: 05 de abril de 2013.

⁴ Trechos dos discursos de Roberto Rodrigues estão no Informativo AGRONEgócio, nº2, ano 2, janeiro de 2001.

nacional da ABAG, Roberto Rodrigues é clara: “sem uma imagem positiva, não há políticas positivas”.

Nesse sentido, desde sua criação a entidade desenvolve uma Campanha de Valorização Institucional da Imagem do Agronegócio, na qual procura demonstrar a importância do agronegócio na vida das pessoas e para o desenvolvimento econômico e social das cidades, da região e do país. A campanha realiza-se, por meio de inserções publicitárias nas principais redes de televisão na região⁵, mas também, pelo prêmio ABAG/RP de Jornalismo, pelas publicações do Informativo AGRONegócio e pelo programa Agronegócio na Escola.

O programa Agronegócio na Escola surgiu em 2001, como um projeto piloto na Diretoria de Ensino de Jaboicabal, atendendo a 4 municípios, 7 escolas, 180 professores e 970 alunos. A partir deste projeto piloto, o programa foi se expandindo em parceria com a Secretaria do Estado da Educação de São Paulo, chegando a seu ápice em 2007, quando atuou em 83 municípios, totalizando 141 escolas, 1800 professores e 24.500 alunos. A parceria com a Secretaria do Estado da Educação se encerrou em 2008, a partir do ano seguinte a entidade passou a fazer parcerias com as Secretarias Municipais de Educação da região (ABAG, 2011).

Em 2013, o programa é desenvolvido em 83 escolas de 32 cidades atingindo 13.078 alunos das duas últimas séries do ensino fundamental, jovens na faixa etária de 13 a 14 anos de idade (AGRONegócio, nº129, 2013). Na sua estratégia educacional o programa desenvolve a capacitação de professores, coordenadores e educadores, distribuição da Cartilha “Agronegócio sua vida depende dele”, visita dos alunos as empresas do setor, concurso de frases e desenhos e premiação de professores que desenvolvem atividades que trabalhem o agronegócio no currículo escolar.

De acordo com a ABAG/ RP o objetivo do programa é levar para a sala de aula os conceitos principais e a realidade do agronegócio, possibilitando conectar a teoria a prática, e assim, revelar a “interdependência campo-cidade, a dimensão e a importância do setor para a economia, valorizar as atividades agroindustriais locais e com isso, a comunidade onde o aluno está inserido, e resgatar o orgulho de pertencer a esta região⁶”

⁵ De acordo com a entidade anualmente estão sendo veiculadas mais de duas mil inserções, entre vinhetas de patrocínio e filmes institucionais. Disponível em: <<http://www.abagrp.org.br/valorizacaoInstitucional.php>>. Acesso em: 23 de abril de 2013.

⁶ Disponível em: <<http://www.abagrp.org.br/atividadesAgronegocioEscola.php>> Acesso em 08 de julho de 2013.

(ABAG, 2013). O programa reconhece apresentar um “caráter preventivo, de efeito mais demorado e duradouro, pois envolve a educação de jovens” (ABAG, 2011).

De modo geral, com as ações de valorização institucional, entre elas o programa educacional, o agronegócio pretende formar uma geração de jovens que compactue com os seus ideais e apoiem as políticas para o setor, mas que em conjunto por um lado, desvinculem o agronegócio de processos históricos que estão em suas raízes como o latifúndio, a monocultura, a exploração do trabalho e a degradação ambiental, e por outro, apontem para uma perspectiva que não há saída para o modelo vigente, pois se sua vida depende dele, como viver sem ele?

Projeto AGORA

O Projeto AGORA idealizado pela União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA) foi lançado em 2009 e têm como entidades parceiras grandes empresas do agronegócio como a Monsanto, Basf, Syngenta, entre outras, e capitais financeiros como o Banco Itaú.

No site⁷ da UNICA o projeto AGORA é apresentado como “a maior iniciativa de comunicação institucional do agronegócio brasileiro com o objetivo de integrar a cadeia produtiva da cana-de-açúcar em torno da divulgação da importância da agroenergia renovável” (UNICA, 2013).

O Projeto desenvolvido em parceria com Secretarias Estaduais e Municipais de educação tem como eixos centrais a formação de professores e a distribuição de materiais que propagam os supostos aspectos positivos da agroenergia.

Em 2009, a principal ação educacional do Projeto foi o “Desafio Mudanças Climáticas”, dirigido a alunos matriculados no 8º e 9º anos de todas as escolas públicas das redes estaduais de ensino da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e do Distrito Federal, totalizando 12 mil escolas. O projeto ofereceu a todas elas dois kits educacionais compostos por Caderno do Professor, DVD com filmes, pôsteres, cartazes de divulgação relacionado a questão das mudanças climáticas e as consequências do aquecimento global.

Ainda sob a questão ambiental, o AGORA lançou em 2012 o “Desafio Energia Mais Limpa”⁸, como forma de abordar nas salas de aula, os benefícios da

⁷ Disponível em: <<http://www.unica.com.br/projeto-adora/>> Acesso em 09 de julho de 2013.

⁸ Disponível em: <<http://www.projetoadora.com.br/energiamaislimpa/>> Acesso em 09 de julho de 2013.

bioeletricidade e do etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Segundo a UNICA este desafio envolveu cerca de 40 mil profissionais de educação e 900 mil alunos das escolas da rede pública de ensino de dez estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Alagoas, Pernambuco, Paraíba) e do Distrito Federal.

Outra ação do Projeto AGORA é o “Estudo Municípios Canavieiros” realizado desde 2010 e destinado a alunos do ensino fundamental de escolas públicas de regiões canavieiras. Ao exemplo das iniciativas anteriores, a estratégia do projeto é a formação de professores e a distribuição de materiais às escolas, mas neste caso, com o objetivo de

.disseminar o conhecimento da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, observando seus principais aspectos culturais, ambientais, econômicos e sociais. Além da produção de açúcar, etanol e energia elétrica, a cadeia produtiva da cana constitui uma importante fonte de distribuição de riqueza. A isso tudo, soma-se ainda o aspecto histórico: a cana é protagonista do desenvolvimento econômico no Brasil. Abordar de forma criativa esses aspectos em sala de aula faz com que o tema se torne um importante aliado ao componente curricular, enriquecendo as aulas e favorecendo a aprendizagem (PROJETO AGORA, 2011, p. 4).

Projeto Escola Viva

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) uma das principais entidades patronais da agricultura desenvolve desde julho de 2009, o projeto Escola Viva, cujo objetivo principal é “intervir no desenvolvimento de ações capazes de melhorar o ensino nas áreas rurais do Brasil, garantindo padrões de qualidade compatíveis à importância da educação na formação do cidadão brasileiro”. (CNA, 2013)

Inicialmente implantado na Escola Estadual Brigadas Che Guevara em Monte do Carmo – Tocantins em 2009, o projeto atende, atualmente, mais duas escolas rurais uma na Bahia e outra no Mato Grosso do Sul atuando em 5 eixos⁹:

- 1) Acompanhamento pedagógico individualizado que apresentam necessidades de aprendizagem, em duas etapas: tempo comunidade e tempo escola;
- 2) Implantação do grupo gestor para propor ações complementares ao projeto de acordo com as necessidades locais;

⁹ Disponível em: < <http://www.icna.org.br/projetos-e-programas/projeto-escola-viva> > Acesso em: 08 de julho de 2013

- 3) Proposição e desenvolvimento de ações a partir do Projeto Político e Pedagógico (PPP) pelos integrantes do Projeto Escola Viva, em parceria com pais, alunos, professores e comunidade;
- 4) Capacitação de professores da Unidade Escolar;
- 5) Desenvolvimento de atividade de promoção social e ações de formação profissional rural para estudantes e familiares (CNA, 2013).

É importante salientar que o programa Escola Viva foi uma iniciativa da Senadora Kátia Abreu (TO) e presidente da CNA e uma das principais vozes políticas do agronegócio.

Em 2010, a CNA contratou o Instituto Paulo Montenegro, do Ibope para diagnosticar a situação das escolas rurais¹⁰, e segundo a senadora em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, realizada em março de 2010 com o então ministro da Educação, Fernando Haddad afirmou¹¹ “nós encontramos números muito tristes. Oitenta por cento das escolas não possuem computadores, apenas 8% têm biblioteca e só 50% contam com diretores. Esses são números que se arrastam por longas décadas” e, após solicitar ao ministro a inclusão das escolas rurais na Avaliação do IDEB, aplicação de 10% do PIB para educação no Plano Nacional de Educação (PNE), melhoria na formação de professores concluiu “nós não podemos permitir que as escolas do campo possam continuar na situação que se encontram hoje”.

Projeto Escola no Campo

O Projeto Escola no Campo desenvolvido pela Syngenta, uma das maiores transnacionais do agronegócio no mundo, iniciou-se em 1991 por meio de uma parceria da empresa com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. O projeto é voltado para ações de educação ambiental das crianças e adolescentes da rede pública de ensino, que moram na zona rural. Segundo a empresa¹² o objetivo é “formar novas gerações de agricultores conscientes da necessidade de preservar o meio ambiente e usar a tecnologia para a produção de alimentos mais saudáveis”.

¹⁰ Os resultados da pesquisa estão disponíveis em: <http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/Escolas_Rurais_no_Brasil_2010_0.pdf> Acesso em 08 de julho de 2013.

¹¹ A fala da senadora Kátia Abreu está disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/videos/audiencia-publica-na-comissao-de-educacao-do-senado-federal>>. Acesso em 08 de julho de 2013.

¹² As informações sobre o Projeto Escola No Campo foram obtidas no site oficial da empresa <<http://www.syngenta.com/country/br/pt/Pages/home.aspx>> Acesso em 09 de julho de 2013.

O projeto realizado em parcerias com as Secretarias Municipais de Educação, cooperativas ou distribuidoras presentes nas localidades e, desde 2009 com a Fundação Abrinq integra a grade curricular dos alunos durante um período de quatro meses. As atividades desenvolvidas com temas ligados a agricultura e ao meio ambiente são apoiadas por uma cartilha oferecida ao aluno e por um livro do professor.

Além disso, são realizadas palestras com técnicos da empresa ou das entidades parceiras “que explicam aos estudantes como plantar sem degradar o meio ambiente”, para que eles sejam “estimulados a transmitir o que aprendem para suas famílias e para a sociedade em que vivem” (Syngenta, 2013)

Segundo a empresa desde 1991 o projeto alcançou mais de 400 mil alunos de escolas públicas de Ensino Fundamental na zona rural dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

Definindo o campo de enfrentamento ao Agronegócio na Educação.

Diante da territorialização do agronegócio nas escolas públicas no campo e na cidade, que pretende afirmar-se como único modelo possível para agricultura, sob a incorporação de um discurso de sustentabilidade, necessidade na vida das pessoas e dinamismo econômico, qual o papel educacional daqueles que se colocam no lado oposto de enfrentamento a este modelo perverso e explorador?

A partir deste questionamento, pretendemos dialogar com o Movimento Por uma Educação do Campo, sob as concepções teóricas deste movimento que inquestionavelmente se opõe as políticas do agronegócio e luta por uma realidade diferente no campo.

O movimento por uma Educação do campo nasceu com o debate sobre a educação no interior dos movimentos sociais de luta pela terra, sobretudo, do MST na década de 1990, e ascendeu como política pública a partir de 1998 quando ocorreu em Brasília o I ENERA – Encontro Nacional de Educação da Reforma Agrária e o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

A concepção de escola do campo, para o movimento é uma oposição conceitual a escola rural, em face que

Ao contrário da Educação do Campo, a educação rural sempre foi instituída pelos organismos oficiais e teve como propósito a

escolarização como instrumento de adaptação do homem ao produtivismo e à idealização de um mundo do trabalho urbano, tendo sido um elemento que contribuiu ideologicamente para provocar a saída dos sujeitos do campo para se tornarem operários na cidade (OLIVEIRA; CAMPOS, 2010, p.240)

Dessa forma, ao atribuir a educação rural um papel ideológico importante na saída do homem do campo, pela lógica a educação do campo cumpriria um papel de manter o homem no campo. Com efeito, o movimento entende a Educação do Campo, não como uma política compensatória, mas sim emancipatória como um dos elementos capitais da fixação do homem ao campo, ao passo que esta luta, não se dissocia da reforma agrária. Para Fernandes (2012, p.17)

O PRONERA e a Educação do Campo nasceram na contramão das políticas compensatórias neoliberais. Surgiram como alternativas, como políticas emancipatórias, fundamentando-se nos princípios da emancipação, promovendo a universalização do conhecimento a partir de territórios definidos.

Por isso, para o movimento é fundamental pensar em políticas públicas específicas (de educação) para a população do campo, seja no sentido de garantir o direito a educação como política pública universal para os povos do campo (MOLINA, 2008), ou como dimensão do desenvolvimento territorial que se contrapõem ao agronegócio (FERNANDES, 2012). Assim, parte-se de um princípio de educação diferenciada para os sujeitos do campo, e mais, o próprio Fernandes (2012, p. 15), adverte que:

Quando se elege a educação, como dimensão do desenvolvimento do campo é preciso definir qual a formação que se pretende: formar um profissional para o agronegócio ou um especialista da agricultura camponesa. É bom advertir que há diferenças substanciais nas educações para assalariados e para camponeses, pois são processos de formação de sujeitos distintos para trabalhar em territórios distintos. Tratar da educação para o trabalho familiar é necessário pensar no trabalho associativo, cooperativo na perspectiva do desenvolvimento territorial das unidades camponesas ou da agricultura familiar. E esta não é uma educação voltada para a competitividade destruidora, mas sim para a solidariedade criadora. Não estamos tratando do empreendedorismo individualista, mas do companheirismo coletivo das individualidades, das diferenças e diversidades, que podem caminhar juntas quando seus territórios são respeitados e suas soberanias reconhecidas. Este é o caminho da Educação do Campo[...] (FERNANDES, 2012 p. 15; destaque nosso).

A educação para os camponeses assume, portanto, um caráter pragmático, que se diferencia da educação dos trabalhadores assalariados, escondendo a essência que os une: o processo permanente de exploração e expropriação do trabalho ou do fruto do trabalho pelo capital. Além disso, cria uma falsa dualidade entre trabalhadores urbanos e rurais e camponeses, entre educação urbana e rural, quando na realidade a dualidade estrutural que permanece e se reproduz é capital-trabalho.

Bezerra Neto (2010) ao analisar o movimento por uma educação do campo a luz do materialismo histórico e dialético, constata que:

Por não considerar a teoria como parte imprescindível da formação do concreto pensado, supervalorizando a prática tomada em seu aspecto fenomênico, individual e utilitarista, a educação do campo cai num pragmatismo exacerbado aproximando-se das tendências pós-modernas. Como o pragmatismo se orienta pela ênfase na sua utilidade para determinada pessoa e/ou grupo, dado que o que importa não é buscar as explicações da realidade, mas como viver melhor, encaminhando as situações vividas por um indivíduo, um grupo e/ou mesmo uma sociedade, não há a necessidade do ser humano entender objetivamente a realidade, mas fazer opções de como interpretá-la segundo seus interesses, o que faz do pragmatismo um relativismo filosófico. (BEZERRA NETO, 2010, p. 153)

Assim, retomamos a questão: qual o papel educacional daqueles que se colocam no lado oposto de enfrentamento a este modelo perverso e explorador, denominado agronegócio?

Considerações Finais

O Agronegócio, como novo nome do desenvolvimento capitalista no campo integrou ainda mais as relações campo e cidade, pensados enquanto totalidade e unidade contraditória. Segundo Oliveira (2004, p. 64) o “processo contraditório e desigual de desenvolvimento da agricultura, sobretudo, via industrialização, tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética”.

Neste novo estágio, de integração dos capitais agrário, financeiro e industrial, o agronegócio agudiza as contradições e desigualdades no campo, sujeitando trabalhadores urbanos e rurais e camponeses a um processo de exploração, violência e expropriação cada vez mais intenso. Para legitimar, naturalizar e adestrar os trabalhadores a esta lógica de exploração, o agronegócio, entre outras ações, tem

adentrado, em conveniência com o Estado, o espaço escolar nas cidades e no campo com projetos educativos que pretendem se afirmar como único projeto para o campo.

Nesse contexto, partindo do princípio marxista para o qual a realidade existe independentemente da consciência sobre ela e ponto central da investigação científica é o entendimento da coisa em si, a realidade tomada empiricamente como totalidade e historicidade, não há como separar o campo e a cidade como realidades distintas, uma vez que estão integradas pelo próprio processo de reprodução do capital. É na cidade que se propaga a força ideológica do agronegócio e contraditoriamente são lá que movimentos sociais de luta pela terra ganham força, na medida em que conseguem novos militantes e fazem deste um espaço privilegiado de protesto e luta. Como afirma Oliveira (2004, p. 64) “é, pois, contraditoriamente, nas cidades que os camponeses estão ganhando a luta pela reforma agrária”.

Não se trata aqui de negar o fato histórico de que na configuração do urbano e do rural ocorram diferenças quanto a paisagens, modos de viver e setores produtivos predominantes, também, não se trata de partilhar a ideia de urbanização do campo, o que estamos reafirmando é a necessidade do ponto de vista do materialismo histórico de pensar esta realidade enquanto totalidade em movimento e que no capitalismo a contradição central não é campo-cidade, nem educação rural e educação do campo, mas capital-trabalho e é a partir desta leitura que podemos enfrentar o agronegócio no campo educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DE RIBEIRÃO PRETO - ABAG/RP. **Comunicação no AGRO**. Set. 2011. Disponível em: <www.abrapa.com.br/biblioteca/.../Comunicação%20no%20Agro.pdf> Acesso em: 10 de out. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DE RIBEIRÃO PRETO - ABAG/RP. **Informativo AGRONégócio**. Ribeirão Preto, nº2, ano 2, janeiro de 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DE RIBEIRÃO PRETO - ABAG/RP. **Informativo AGRONégócio**. Ribeirão Preto, nº129, ano 14, mar./ abr. 2013.

BEZERRA NETO, L. Educação do campo ou educação no campo? In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, p. 150-168, jun.2010. Disponível em:<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art12_38.pdf> Acesso em: 10 de abril de 2013.

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. In: **Boletim DATALUTA**, NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Presidente Prudente, artigo do mês: set. de 2011. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf>. Acesso em 09 de março de 2013.

BRUNO, R. “Agronegócio, palavra política”. In: BRUNO, R. **Um Brasil Ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro, MauadX/Edur, 2009.

CLEMENTS, E. A.; FERNANDES, B. M. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique**. [2013]. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/clements_fernandes-2013.pdf>. Acesso em: 03 de abril de 2013.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003

FERNANDES, B. M. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: SANTOS, C.A. dos. (Org.). **Educação do Campo**: campo- políticas públicas – educação. Brasília: Inca; MDA, 2008, p. 39-66.

_____. Reforma agrária e educação do campo no governo Lula. In: **Campo-território**: Revista de Geografia Agrária, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 1-23, ago., 2012

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 16ª edição. 1998.

MENTEN, J.O.M. O tema defesa vegetal nas escolas públicas. In: **Revista Defesa Vegetal**. São Paulo: Associação Nacional de Defesa Vegetal, Edição especial educação, p.16-19, nov.-dez. 2010

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MOLINA, M. C. A Constitucionalidade e a Justicibilidade do Direito à Educação dos Povos do Campo. In: SANTOS, C.A. dos. (Org.). **Educação do Campo**: campo- políticas públicas – educação. Brasília: Inca; MDA, 2008, p. 19-32.

MOREIRA, A. C. A educação que transforma o mundo. In: **Revista Defesa Vegetal**. São Paulo: Associação Nacional de Defesa Vegetal, Edição especial educação, Editorial, nov.-dez. 2010

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A.U; MEDEIROS, M.I. (Orgs.) **O campo no século XXI: territórios de vida, de luta e construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

_____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo brasileiro e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19. n. 21, jul/dez, 2003, p. 113-156.

OLIVEIRA, L. M. T. de.; CAMPOS, M. Educação Básica do Campo. In: CALDART, R. et. al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PROJETO AGORA. **Relatório Final: Estudo Municípios Canavieiros 2010**. São Paulo: Editora Horizonte, 2010.

PROJETO AGORA. **Relatório Final: Estudo Municípios Canavieiros 2011**. São Paulo: Editora Horizonte, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2008.

SAUER, S; LEITE, S. P. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, vol. 50, n° 3, p. 503-524, Jul/Set 2012.

SOUZA, S. M. R. de. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canvieira: estratégias discursivas para a ação do capital no campo**. 2011. 282 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

THOMAZ JÚNIOR, A. Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de Heróis (A Civilização da Barbárie na Agroindústria Canvieira). **Pegada**, Presidente Prudente, vol. 8, n°2, p.5-25, dez. 2007.